


A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou

Autora: COSTA, Vânia Maria Torres¹

Resumo:

A Amazônia produzida discursivamente na atualidade guarda muitas semelhanças com os discursos do colonialismo, quando a América era o 'novo mundo' para a Europa. Vista ainda hoje como exótica, subalterna, selvagem, pelo centro-sul do país, as narrativas sobre a Região reforçam imagens cristalizadas de uma terra que necessita ser ocupada, onde o 'outro' amazônico construído nacionalmente é extremamente redutor em relação à diversidade local. Entre as cartas dos primeiros viajantes, a literatura do passado e os textos de hoje produzidos pela Igreja Católica e pelos jornalistas pouca coisa mudou. A partir dos 'discursos fundadores' sobre a Região, observamos como enunciados distorcidos e estereotipados vêm sendo construídos historicamente. Pretendo mostrar como as cartas dos viajantes e algumas produções literárias têm nítida aproximação com os textos atuais contidos na campanha da fraternidade 2007, cujo tema foi Amazônia, e algumas emissões jornalísticas impressas e televisivas. 

Palavras-chave: Jornalismo, Amazônia, história.

1. Nota introdutória

Terra grandiosa, de dimensões gigantescas, de baixíssima densidade demográfica. As narrativas sobre a Amazônia reforçam imagens de uma terra que necessita ser ocupada e de uma gente que precisa ser 'civilizada' para fazer frente à cobiça mundial. Cinco séculos depois da chegada dos colonizadores, o imaginário sobre a região ainda traz muitas semelhanças com os relatos da época do Brasil Colônia. Poderes institucionais e conhecimentos guardados na memória vêm agenciando um cenário ideal sobre os chamados 'povos da floresta'.

Para uma grande parte dos brasileiros, a Amazônia ainda é uma grande área desconhecida do país. Distante, geograficamente, dos centros de decisão da política brasileira, a região vem sendo trazida a público em nome de uma floresta, que em um breve futuro pode ser a salvação mundial. A riqueza natural, a biodiversidade, as contribuições vitais para a saúde do planeta estão no centro das narrativas. O saber local, as populações tradicionais e a diversidade cultural vêm sendo apagados ou estigmatizados como o foram no

¹ Jornalista, formada pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (RJ).

passado. Como o fez Cristóvão Colombo, que falava dos homens tão somente porque faziam parte da paisagem (Todorov, 1988).

Primeiramente, buscaremos os ‘discursos fundadores’ (Puccinelli, 1993) sobre a região que corresponde a 59% do território brasileiro ou 5 milhões de km². No entanto, sua população representa 12% do total de brasileiros (os dados são de 2004)². São 22,5 milhões de habitantes. Tais construções discursivas são referências históricas importantes para a produção de saberes ressignificados, hoje, na sociedade, como a mídia e a Igreja.

Neste trabalho, pretendemos observar como isso se dá nas enunciações da Igreja Católica e da produção jornalística. Para isso, selecionamos alguns exemplos de cada campo, não para inferir sobre o todo, mas tendo a clareza de que demonstram como essas narrativas circulam na atualidade, a partir dos ‘discursos fundadores’. Assim, tentaremos expor como o ‘outro’ amazônico vem sendo representado no cenário nacional, tendo como base acontecimentos memoráveis³ atualizados socialmente nos enunciados sobre a região, bem distantes do cotidiano e dos conflitos locais. Entendo aqui o outro “como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos”, que está *lá* na Amazônia distante de mim que estou aqui, portanto posso separá-los e distingui-los. A experiência da alteridade baseia-se no egocentrismo, um eu em relação ao universo, valores próprios em relação a valores gerais, na convicção de que o mundo é um (Todorov, 1988, p.3).

2. Amazônia e colonialismo: memória e narrativa

A Amazônia brasileira surge no cenário mundial a partir da conquista da América pelos europeus. Em fins do século XV, os espanhóis foram os primeiros a penetrar a região, seguindo o curso do Rio Amazonas. Depois vieram portugueses, franceses, holandeses, ingleses e irlandeses. Todos em busca de terra e de ouro. O que encontraram, à primeira vista, foram cerca de 2 milhões de índios de diversas etnias. Os povos Aruak, Karib, Tupi, Jê, Katukina, Pano, Tukana, Xiriana e Tukuna pareciam diferentes em todos os sentidos: nos modos de vestir, de falar e na organização social e política.

O encontro com a ‘nova’ terra estimula interpretações que expõem o discurso dominante do colonizador e o enaltecem, onde “o novo é filtrado pelo antigo, assegurando a este sua supremacia. A prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo pretensamente conhecido, sendo domesticado, fortalecerá e documentará a estabilidade do antigo”. (Gondim, 2007, p. 50). Os índios não conheciam a escrita, portanto, foram considerados um povo atrasado, sem história, sem opinião ou registros que pudessem

² Celentano, Danielle; Veríssimo, Adalberto. 2007. O Estado da Amazônia: indicadores. n.l. Belém: Imazon. 48p. Disponível em <http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=503>. Acesso em 20 ago. 2007

³ Segundo Maurice Halbwachs, a memória coletiva é um pensamento contínuo que retém do passado o que ainda está vivo e capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

nos fazer entender como se deu a colonização do ponto de vista deles. Veremos, mais adiante, como a narrativa dos europeus prevalece até hoje.

A história, narrada a partir daquele momento, é a história da hegemonia da cultura européia, considerada o centro do mundo. Sobre a existência do Oriente, ainda pouco conhecido, já se desconfiava. Mas a América, como um novo continente, era algo impensado. O contato com o novo possibilita a interlocução entre culturas completamente diversas. As versões, tornadas memórias, são a do homem subjugado e inferior, que habita a floresta. O fato de os índios serem indiferentes às vantagens que poderiam auferir se visassem lucro nas trocas estabelecidas com os colonizadores parecia incompreensível.

As observações que surgem no discurso dos primeiros viajantes são posicionadas nesse lugar hegemônico da cultura ocidental. “Sua atitude em relação a esta outra cultura é, na melhor das hipóteses, a de um colecionador de curiosidades, e nunca vem acompanhada de uma tentativa de compreender” (Todorov, 1988, p. 34): Os índios são vistos como povo indistinto entre si, como ‘página em branco’. São calados e forçados a servir ao branco, assim como os negros capturados e escravizados mais tarde. Os traços diferenciadores dos nativos, como os rituais, a pintura dos corpos, a ausência de roupas, as cabeças achatadas, as orelhas e lábios esticados são sempre ressaltados em comparação ao modelo europeu.

A ausência do Estado, de um poder central, a rotina de caça e pesca visando apenas a subsistência, o ócio, as brincadeiras e festas são associados à preguiça, vista mais tarde como um dos entraves da transformação regional. Esses grupos eram vistos como indolentes, despreziosos e desinteressados pelo trabalho e pelo comércio, indiferentes ao processo civilizatório, portanto um entrave aos avanços na conquista da terra. Era necessário ordenar a nova sociedade, visando a emancipação e o progresso para estar em consonância com o projeto de modernidade⁴.

O ‘selvagem’ é visto como um ‘bárbaro’, quase como um ser anormal, um monstro. Principalmente, diante da prática indígena da antropofagia. Eles são associados a animais irracionais em contraste com a racionalidade da raça branca, européia. “Nômade, sem vontade própria, sem sociedade, o nativo não é anão, é um híbrido, algo intermediário entre o réptil e o vegetal que o camufla, apesar de ter sido produzido por obra divina” (Gondim, 2007, p.91). E sendo visto como obra de Deus podia ser catequizado e escravizado, para tornar-se um ser em condições de ‘colaborar’ com a conquista.

As missões religiosas desestruturam as sociedades indígenas, transformando suas práticas tradicionais e arregimentando cristãos, tornados escravos a serviço da colonização. Os índios foram muito úteis na coleta das drogas do sertão, principal prática mercantilista a partir de 1580, quando a região efetivamente passa ao domínio português. Nesse cenário, a Igreja Católica torna-se protagonista do projeto colonizador, preparando os grupos indígenas para atender suas ambições. “Essa postura etnocêntrica fez com que os missionários

⁴ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em 30 ago. 2007.

vissem os índios como criaturas vazias, destituídas de qualquer crença ou ideologia nas quais eles poderiam facilmente introduzir seus conceitos de cristãos”(Alves Filho; Alves Júnior; Maia Neto, 2001, p. 30). Isso não significa que não tenha havido resistência indígena. São freqüentes os relatos de confrontos e fugas naquela época. O que aconteceu na América, no século XVI, foi “o maior genocídio da história da humanidade” (Todorov, 1988, p. 6)

A narrativa originada desses primeiros contatos produz acontecimentos que viram história. São interpretações, extraído da diversidade da ação humana a unidade de uma totalidade temporal. São novas experiências partilhadas pela linguagem, tendo o mundo como horizonte (Ricoeur, 1994). Os registros dos primeiros viajantes e cronistas que chegaram à Amazônia e, posteriormente, a visão portuguesa da colonização são idéias localizadas histórico-culturalmente, como “memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima” (Puccinelli, 1992, p. 13). Os ‘discursos fundadores’, tal como propõe a autora, advém dessas narrativas oficiais, reitera o discurso daqueles que estavam a serviço da coroa portuguesa em terras estrangeiras em busca de riquezas e novas áreas para colonizar.

É discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se a sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade⁵.

São ‘discursos fundadores’ que se opunham a entender e digerir o diferente. Bergson (2006) diz que perceber significa imobilizar. Perceber é delimitar de acordo com o interesse. Halbwachs (2006) amplia o olhar sobre a memória, entendendo-a como coletiva. A visão perpetuada na história é apenas uma versão. São vestígios, nem sempre visíveis, mas inconscientemente conservados e reproduzidos. São associações culturais escritas socialmente, reflexo do imaginário do desconhecido.

Para o europeu era inimaginável compreender tal modo de vida. É o que se pode perceber no relato de Charles Marie de La Condamine, que viajou pela região no século XVIII (*apud* GONDIM, 2007, p.140) referindo-se aos nativos:

Glutões até a voracidade, quando têm de saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo, sem parecerem nada desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de previdência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris que manifestam por saltos e gargalhadas, sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados.

⁵ Idem, p. 24

No sentido de Puccinelli, essas enunciações criam uma nova tradição, um processo de identificação que terá continuidades na nação que começa a ser construída. São discursos reiterados historicamente na literatura, na produção científica, nas escolas, na religião, nos mais diversos campos e, mais recentemente, na mídia. São ‘tradições inventadas’, no dizer de Hobsbawn (1997, p. 09), porque expressam “uma continuidade em relação ao passado”. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Seu objetivo é a invariabilidade, a imutabilidade que se arraiga, que cria raízes na memória. Por isso, torna-se familiar, reforçando laços de coesão social e ao mesmo tempo de naturalização e autoridade. Esta última, segundo Said (1990, p.31), “estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções juízos que forma, transmite, reproduz”.

As narrativas construídas sobre o continente americano se assemelham muito ao que a Europa pensava, e pensa, sobre o Oriente, desde os primeiros contatos, quando descrevem homens com monstruosidades corporais (pés redondos), que se alimentavam de animais estranhos, como cobras e lagartos crus, sem distinção. Edward Said mostra que o ‘orientalismo’ é tão forte hoje como o foi no passado. Ao tecer sua análise sobre a experiência britânica, francesa e americana no Oriente, Said diz que o orientalismo está fora do Oriente. Torna-se visível a partir de uma representação do outro distante. “O conhecimento do Oriente, posto que gerado da força, em um certo sentido, cria o Oriente, o oriental e seu mundo”⁶.

O Orientalismo é um conhecimento que se baseia na distinção entre Leste e Oeste. “Como aparato cultural, o orientalismo é todo agressão, atividade, julgamento, vontade de verdade e conhecimento”⁷. De um lado os ocidentais racionais, herdeiros da objetividade científica e da produção da verdade, de outro, os orientais irracionais e inferiores. Essa distinção arbitrária do estrangeiro liga-se, não á realidade moderna, mas a valores que estão relacionados com um passado distante europeu.

O olhar sobre a Amazônia é legitimado por essa construção social permanentemente fortalecida pelo estigma da colonialidade (Santos, 2007). É como se aquilo que viveu Cristóvão Colombo e tantos outros no século XVI estivesse permanentemente vindo à tona, onde o que prevalece é a autoridade e não a experiência. Mesmo indo ao encontro do outro, olhando tudo de perto, prevalece uma verdade e uma convicção que se possui de antemão, cuja experiência é apenas ilustrativa (Todorov, 1988). O ‘estar com’ não significa, necessariamente, ver o outro em sua grandeza e diversidade.

3. Entre ficção e realidade, a construção da Amazônia

A Amazônia inventada pelos europeus (Gondim, 2007), que vinham em busca das ‘Amazonas’ e do cenário exótico, expõe um embaralhamento permanente entre ficção e realidade. A lenda das Amazonas é

⁶ Idem, p. 50.

⁷ Idem, p. 211

ilustrativa disso. Índias matriarcas, guerreiras, que escolhiam os homens com quem queriam manter relações sexuais e ao engravidarem ficavam apenas com as filhas. Os meninos eram devolvidos aos pais. Viviam em terras distantes, mas de fato nunca foram vistas pelos autores dos relatos.

Tais narrativas sobre a Amazônia são ilustrativas do que Ricoeur propõe, ao dizer que não há dicotomias entre relatos ‘ficcionais’ e relatos de ‘verdade’. A ‘tessitura da intriga’ pode ser estendida a qualquer narrativa. O texto, por meio da tríplice mimese, opera uma espécie de circuito da comunicação, fazendo a mediação entre tempo e narrativa. Agencia os fatos e imita a ação. Ordena passado, presente e futuro, como uma necessidade transcultural do ser humano. Relatos concebidos como reais ou como ficção constroem o mundo como texto e o texto como mundo. Dessa forma, história e literatura trazem em suas narrativas um olhar sobre o mundo, fruto da ação humana. O ‘discurso fundador’ deixa suas marcas tanto em uma como em outra narrativa, porque ambas são interpretações de acontecimentos construídos nacionalmente e tornados memória.

Segundo Márcio Souza, a partir do século XVIII o discurso colonial sobre a Amazônia sofre mudanças. Passa das fábulas lúdicas dos viajantes para uma nova racionalidade, que visa um maior controle sobre o território. “A Amazônia foi inventada para estar ligada ao mercado internacional, foi esta a principal diretriz do processo de colonização” (Souza, 1944, p. 166). Ocupação e demarcação de fronteiras como bandeira política não alteram em nada a visão sobre o homem da região, com o relato ficcional produzindo narrativas que se amplificam ao longo do tempo. Em seus Contos Amazônicos, Inglês de Sousa, escritor paraense que morou muito mais tempo fora da região, descreve no final do século XIX os personagens locais:

É naturalmente melancólica a gente da beira do rio. Face a face toda a vida com a natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas, isolada e distante da agitação social, concentra-se a alma num apático recolhimento, que se traduz externamente pela tristeza do semblante e pela gravidade do gesto... os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuios, a expressão comunicativa, atrofiada pelo silêncio forçado da solidão (Souza, 2004, p.6)

Tapuios são índios ou mestiços de índios, aqui no texto, igualados a seres tristes, atrofiados, sem expressão em contraposição à ‘natureza grandiosa e solene’. Mesmo sendo de *lá* e não *daqui*, Sousa nega a existência de sujeitos em ação à beira do Amazonas, e os vê apenas como pobres criaturas vítimas da solidão. Neide Gondim⁸ faz uma análise dos textos de ficção produzidos até 1940 e conclui:

a floresta é responsabilizada pela transformação do homem; os caboclos e os índios são preguiçosos, indolentes e tidos como crianças grandes e ingênuas ou intrusos, desajustadores da harmonia natural. É em cima desses temas que se desenvolveu a grande maioria dos romances sobre a Amazônia.

⁸ GONDIM, Op. Cit. p. 287

Inferiores, sem presente, passado ou futuro, os índios são tornados incapazes de pensar, de agir, vivendo como animais a saciar suas necessidades. Portanto, claramente inaptos à construção de uma nova racionalidade. Edward Said, ao voltar-se para o Orientalismo, comenta sobre os escritores do século XIX: “todos mantiveram intacta a separação do Oriente, a sua excentricidade, o seu atraso, a sua silenciosa indiferença, a sua feminina penetrabilidade, a sua apática maleabilidade...viam o Oriente como um lugar que precisava de atenção, da reconstrução e até mesmo da redenção ocidental”⁹.

Ao analisar as páginas dos jornais impressos brasileiros, de 1970 a 2000, Joyce Santos observa que a ditadura militar exerce um papel importantíssimo de ressignificação da Amazônia, quando os militares a tratam como espaço vazio e decidem planejar estratégias de ocupação da região. É a época da construção das rodovias Transamazônica e Belém-Brasília e dos slogans “Integrar para não entregar” e “Amazônia: desafio que unidos vamos vencer”, que teve como auge o governo do presidente Emílio Médici. É a partir dos anos 70 que a Amazônia passa a ser assunto constante na mídia impressa nacional. A partir dos anos 80 o tema conquista de vez a mídia internacional, efeito da politização crescente do discurso ecológico a nível mundial.

A região tornou-se visível como um patrimônio brasileiro e mundial, através de apresentações dramáticas e do reforço contínuo da cobertura noticiosa. Inicialmente a Amazônia foi apresentada intencionalmente pelos governos militares como território a ser dominado, uma fronteira para a expansão econômica, e depois como fantástica fonte de riqueza biológica, importante para o equilíbrio do planeta, cuja manutenção está ameaçada por processos destrutivos (Santos, 2002, p. 52)

O ‘discurso fundador’ se fortifica, produzindo novos sentidos, que povoam, hoje, o imaginário nacional sobre a floresta. Segundo Gondim, a Amazônia deixa de ser o lugar habitado por seres não normais passíveis da escravidão para tornar-se, na modernidade, um espaço sagrado, onde o europeu busca suas origens e o mundo tenta apagar as fronteiras nacionais. É um ato discursivo, permanente criação e recriação do que é presumido como real, verdadeiro. A memória é constituída e tecida no contato com o outro, nas relações grupais, como constata Halbwachs (2006, p.39):

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

As representações sobre a Amazônia, projetadas nacionalmente e revisitadas frequentemente, reforçam inúmeras distorções sobre a intrincada rede de relações locais. É um conhecimento que permanece fixo. Semelhante ao que a Europa produziu sobre a América colonizada, assimilada pela história oficial do Brasil. Torna-se herança nacional porque faz parte de uma ideologia nacionalista que privilegia a delimitação formal

⁹ SAID, Op. Cit. p. 212

da existência, ao invés de interagir com novas interpretações da história e da cultura. Nesse sentido, segundo Richard Handler¹⁰, a nação é vista como “geográfica, histórica e culturalmente única. Acredita-se que a nação é ‘nascida’ e indissoluvelmente ligada a um território limitado e a uma história particular, tais ligações são concebidas como naturais e arbitrárias”.

Sob a égide de um colonialismo interno, seguindo conceito de Boaventura Santos, a Amazônia é permanentemente recriada pela produção cultural dominante que a torna indispensável para a sobrevivência de todos, como solução para problemas que lhe são externos. É tratada, pelo restante do país como uma colônia estrangeira, a ser desvendada, desmistificada, guardada como investimento para o futuro. No caso do Brasil, os Estados mais ricos e desenvolvidos têm uma nítida relação de superioridade e ao mesmo tempo de desconhecimento em relação à Região Norte, pobre e atrasada. Em nome de uma unidade nacional, o discurso é absorvido pelos brasileiros, herdeiros da colonização, que vêem as especificidades regionais como dissonantes de uma herança nacional dada.

Como região produtora de conhecimento científico, de proposições políticas, de eventos culturais reconhecidos nacionalmente a Amazônia é quase nula. São apenas os acontecimentos notáveis, da ordem do jornalismo, que irrompem à superfície, onde suas cidades, histórias e experiências são ignoradas, como bem analisou Joyce Santos nas páginas dos jornais brasileiros dos últimos 30 anos. A metáfora metrópole /colônia persiste na impossibilidade de trazer ao mundo visível, midiático, as vozes representativas da região, como atores principais. São sempre coadjuvantes no processo que os torna fixos, estáveis, precisando serem investigados e necessitando até de conhecimento sobre si mesmo. É a ordem passiva que prevalece, onde nenhuma dialética é permitida¹¹.

Os sujeitos nativos vêm sendo, reiteradamente, descartados como partícipes dos processos de mudança da região. Eles são apagados em nome de estrangeiros e outros grupos migratórios, como nordestinos, que passaram a ocupar a região.

4. As leituras sobre a região: a igreja e a mídia

De inúmeras formas, ficam claras as relações entre centro e periferia, dominantes e dominados. É a impregnação do colonialismo, não mais como sistema político, mas como relação social, relacionada à cultura, ao racismo e ao autoritarismo, como defende Boaventura Santos. Aos olhos do mundo e do Brasil, a Amazônia aparece nacionalmente como subdesenvolvida à espera de penetração, solução, legalização para que possa adequar-se aos ‘interesses’ nacionais e estrangeiros. Retrata uma ‘vontade de poder’¹² mundial sobre uma região que pode ser a salvação da humanidade.

¹⁰ HANDLER, Richard. *Possuir uma cultura: nacionalismo e a preservação do patrimônio de Quebec*. mimeo.

¹¹ SAID, Op. Cit

¹² SAID, Op. Cit.

A Igreja Católica, que ignorou a cultura das populações residentes aqui antes de 1500, mais de 500 anos depois ainda vê a Amazônia enquanto ‘terra desocupada’ e ‘órfã’ necessitando urgente de apoio cristão. Pelo menos é o que ficou explícito na Campanha da Fraternidade 2007, que teve como tema *Fraternidade e Amazônia – vida e missão neste chão*.

O cartaz da campanha¹³ traz a imagem de uma criança com traços indígenas, no centro de uma folha de vitória-régia, planta característica dos rios amazônicos. Ao fundo, água em abundância em contraste com a terra rachada. Segundo a própria CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em seu site¹⁴, o elemento principal do cartaz é a vitória-régia:

Considerada um dos símbolos da Amazônia, essa planta é forte e tem raízes profundas que tocam o leito do rio; ao mesmo tempo, é sensível, assim como o povo nativo da região, que sobrevive com muita garra, mas precisa do apoio fraterno de toda a sociedade brasileira.

Mais uma vez a fragilidade da população local é reforçada em contraste com a exuberância da paisagem. Criança imatura, indefesa, presa fácil das intempéries da região, da ganância mundial. “A criança representa os índios e toda a comunidade da região, suas crenças, sonhos e esperanças. Seu olhar inocente e o sorriso sutil são um convite à superação das dificuldades e à construção de um futuro melhor para a Amazônia”, complementa o texto disponível no site da CNBB.

O objetivo da campanha é conhecer a realidade em que vivem os povos habitantes da floresta e chamá-los a um novo estilo de vida baseado na fé católica. Toda a sociedade deve se unir para proteger a mata e o povo que sobrevive com muita dificuldade. É quase uma abstração, uma generalização que iguala todos os problemas dos ‘povos nativos da região’ que lutam com ‘garra’, mas necessitam do ‘apoio fraterno de toda a sociedade’ para vencer o desafio da natureza. Aqui se encontram todos os habitantes, unificados sem nome, sem diferenças. Apagamento total da alteridade. Ora o ‘outro’ é confundido com a paisagem, visto como objeto, ora é visto como sujeito, igual ao ‘eu’, mas diferente quando comparado com um próprio: “com infinitas nuanças intermediárias, pode-se muito bem passar a vida toda sem nunca chegar à descoberta plena do outro”¹⁵.

O vídeo da CNBB, também disponível no site, exhibe fotos que mostram a imensidão da floresta, o desmatamento, a fatura de água e os animais. Os seres humanos são exclusivamente de traços indígenas, que tocam, dançam e se banham em cachoeiras. A impressão que se tem é a de uma viagem ao passado, como os cenários vistos pelos colonizadores portugueses ao aportarem em terras amazônicas. Nada de urbanização, apenas os índios no meio da mata. Na verdade, não há equilíbrio entre o texto da campanha, que reconhece as agressões e a realidade local, e as imagens que remontam às cenas do descobrimento. É como se o imaginário

¹³ www.cnbb.org.br

¹⁴

¹⁵ TODOROV, Op. Cit, p. 243

imagético do espaço perdido no tempo ao evocar lembranças sobre a Amazônia fosse sempre recorrente, uma temporalidade ausente num eterno passado. O texto que convoca a população a conhecer a diversidade local para superar a “desinformação, os preconceitos e as falsas interpretações” apenas os reforçam.

As narrativas, claramente, produzem sentidos ultrapassados, que diferem e reduzem enormemente a realidade e o cotidiano local. São forças que reconhecemos e lembranças dispersas que reaparecem inesperadamente¹⁶, quando o texto sobre o mundo não se atualiza. É uma mera repetição do passado com o qual sempre mantivemos contato e que não tentamos compreender. Os textos reiteram o contraste entre a exuberância das riquezas naturais e a pequenez humana, vítima fatal desse futuro trágico (Dutra, 2005). Desconhece-se veementemente que a exploração, o roubo, o saque ocorre em conflito, também, entre a própria população local. São empresários, fazendeiros e grileiros, muitos deles autóctones, que se apropriam das terras com fins comerciais, para a comercialização da madeira e a criação de pastagens para o gado, promotores de todo tipo de violência contra índios e pequenos agricultores.

Existe uma altíssima concentração de renda, com seus atores aliados aos 'coronéis' da política local, proprietários de latifúndios, que se tornam imunes às ações da justiça. Existe nesses textos analisados um apagamento da realidade local, em nome de um cenário ideal discursivo, povoado de categorias binárias (colonizador versus colonizado) que reforçam a visão colonialista, herdeira das ciências sociais e da filosofia, produzidas na modernidade¹⁷.

Em suplemento especial de 28 de janeiro de 2007, o Jornal do Brasil aborda o tema regional. A manchete de primeira página “Amazônia em perigo” é acompanhada de pequena chamada para os perigos da ocupação estrangeira. São “colossais territórios insuficientemente povoados e protegidos excitam a cobiça de outros países, sobretudo quando parece tão vulnerável a forasteiros uma demasia de jazidas minerais, pedras preciosas, madeiras de lei, animais exóticos, plantas medicinais raríssimas”. Ao longo de oito páginas, o suplemento expõe um texto altamente superficial, no sentido de que pouco traz casos consistentes do que diz ser a invasão da Amazônia por estrangeiros.

A primeira matéria intitulada “Americanos lideram invasão estrangeira”, de Augusto Nunes, chama a atenção para a grandiosidade e riqueza da Região. É notório que o repórter não foi a campo, baseando-se apenas em relatório do Grupo de Trabalho da Amazônia, coordenado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Apela à ameaça da invasão estrangeira, ignorando as ameaças e conflitos graves que se espriam no cotidiano da região. Nomeia a Amazônia como desocupada à mercê da cobiça internacional. A ausência de casos concretos demonstra o olhar apressado e distante. As fotos, mais uma vez, semelhante ao que vimos no site da CNBB, são de índios, queimadas e a floresta vazia. É a memória manipulada, responsável por

¹⁶ HALBWACH, Op. Cit, p. 59

¹⁷ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invencion del outro”*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em 30 ago. 2007.

lembranças permanentes sobre a região, provocando esquecimentos estratégicos que favorecem a relação desigual entre o Norte e o Sul do Brasil (Ricoeur, 2000).

Tanto quanto nos textos da crônica colonial quanto nos textos contemporâneos da mídia impressa, o índio e demais grupos subalternos continuam desfocados, suas imagens são as do cumprimento de papéis diminutos no jogo discursivo. Ou podem produzir o discurso co-adjuvante, o da colaboração, focalizados nos momentos em que sua narrativa é utilizada, como discurso ‘passivo’, para realçar a posição do enunciador ‘ativo’ (Dutra, 2005, p. 60).

É o que mostra reportagem especial de capa da Revista Veja, de março de 2008, intitulada “Amazônia: a verdade sobre a saúde da floresta”. Imagens da mata virgem e queimada abrem a matéria. Ao longo de 22 páginas a revista se propõe a encontrar a ‘verdade’. Com ‘gráficos extraordinários’, o texto apresenta ‘verdades’ em oposição ao ‘senso comum’ sobre a região. A ameaça é sempre do homem à mata. Mais uma vez, as populações tradicionais são invisibilizadas. A importância da floresta para o mundo é o que salta aos olhos.

Dos sete personagens entrevistados na reportagem, que aparecem com foto, nenhum é nativo da região. São dois de Goiás, um do Rio Grande do Sul, dois do Paraná, um norte-americano e uma mulher do Maranhão, que invadiu uma fazenda junto com outras famílias e espera por terra para começar a roça. O que há em comum entre os homens? São agricultores, madeireiros e fazendeiros, empurrados para a ilegalidade por causa do governo, reforçando a idéia de que a Amazônia é terra sem lei, onde apenas 4% das propriedades privadas têm registro válido. Os dez infográficos apresentados falam sobre a mancha da devastação, os avanços das motosserras, os cenários para a Amazônia daqui a cinquenta anos, ausência de vigilância e fiscalização, a degradação dos solos, as terras ociosas, o caminho da madeira até o consumidor. São todos temas ligados ao cenário, à terra, à mata ameaçada, que representa um perigo para o mundo. Os forasteiros, ‘sobreviventes do faroeste amazônico’ são quase vítimas do descaso do governo. E a população nativa é completamente esquecida.

Há sempre uma voz calada, não dita no sistema que se constitui como ‘ocidental’ e ‘moderno’, diz Michel de Certeau. “A operação escriturária que produz, preserva, cultiva ‘verdades’ não-perecíveis, articula-se num rumor de palavras diluídas tão logo enunciadas e, portanto, perdidas para sempre. Uma ‘perda’ irreparável é o vestígio destas palavras nos textos dos quais são o objeto. É assim que se parece escrever uma relação com o outro”¹⁸. Entre eles e nós há uma desigualdade implícita. Os personagens só entram em cena quando o enunciador achar conveniente.

Mostrar a diversidade de vozes, personalidades, sentimentos e intenções é um dos grandes desafios do texto jornalístico. Ao ofertar sentidos sobre os fatos sociais, a fim de atrair a atenção do receptor, o jornalismo organiza a vida, espacializa o cotidiano, dá segurança ao narrar, enfim, ordena as ações do homem no mundo,

¹⁸ CERTEAU, Michel, 2002, p. 214

criando um cenário de aparente estabilidade. “A narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões, explicações e significações mais estáveis” (Motta, 2004, p.7).

Cada texto jornalístico é como uma nova intriga, com episódios regulados, carregados de peripécias e de acontecimentos patéticos, aguardando pelo reconhecimento do espectador. Para Adriano Duarte Rodrigues, o jornalismo é o negativo da racionalidade, porque busca o improvável e o imprevisível. É nesse sentido que oferta permanentemente os fatos inusitados, exóticos e grotescos. Reproduz a memória do que é excepcional, promovendo a integração do mundo comum por meio de um sistema simbólico e o encontro com a história autorizada, assim como traz marcas latentes do esquecimento. Rupturas e discontinuidades em permanente negociação. Nesse narrar constante de acontecimentos que precisam saltar à superfície, o andamento rotineiro do cotidiano não é uma oferta interessante para o jornalismo.

Ao selecionar determinados personagens e situações de um dado cenário, o jornalista leva a crer, a partir de comentários conclusivos que faz, que a mesma situação se repete com tantas outras pessoas como aquelas. Esquecem, pensando com Agnes Heller, que o ser humano é “muda unidade vital de particularidade e genericidade”¹⁹. A vida cotidiana é heterogênea por si só, onde os sujeitos sociais desempenham diversos papéis, ora preponderando uns, ora outros. Mas a “espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana”²⁰. Ela ativa tanto as ações particulares, quanto as humano-genéricas que estão em permanente transformação. É essa espontaneidade que parece desaparecer na produção discursiva. O jornalismo capta frases de efeito para compor suas narrativas. São frases curtas, fragmentos, quase desconexos.

A estranheza Amazônica vem à tona, por exemplo, durante a série de matérias *Desejos do Brasil*, exibida pelo *Jornal Nacional*. A proposta da equipe do telejornal de rede mais antigo do Brasil²¹ era desvendar os desejos da nação às vésperas das eleições presidenciais de 2006. Durante 60 dias, longe dos cenários da televisão, sediada no Rio de Janeiro, a equipe queria ver de perto os desejos dos brasileiros. Apesar da proximidade, o texto revela o distanciamento no encontro com a região: “a selva, o rio, o barco (pausa)... outro mundo” (câmera se desloca em 360º mostrando apenas céu, mata e água no Rio Amazonas), na voz do enunciador. É sempre um eu pensando o outro, um ponto de vista, uma perspectiva e uma consciência opostos à unidade da visão”²².

Revivendo os contatos com ‘o outro mundo’, tudo parece uma grande novidade, recheada de surpresas, que ora amedrontam, ora seduzem pela diversão. Distante da margem, a construção discursiva é elaborada

¹⁹ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. p. 23

²⁰ Idem. p. 30

²¹ O JN está no ar desde 1969.

²² SAID, Op. Cit. p. 246

cada vez que o grupo descobre códigos e imagens que chamam a atenção por serem únicos e exóticos, como a fumaça no meio da mata, a lavadeira na beira do rio, o balé dos golfinhos ou a superpopulação de jacarés.

O texto resulta da representação do dito e do não dito. Por isso, é ambivalente, dicotômico, relacional e mesmo quanto apela para a racionalidade e objetividade, atributos do jornalismo, será marcado por sentidos pré-existentes. Será uma versão entre outras por mais que se toque no objeto à exaustão. E concordando com Certeau: “produz-se uma divisão entre aquilo que se diz, mas não é real, e aquilo que é vivenciado mas não pode ser dito. A linguagem torna-se ficção com relação a uma realidade cotidiana que não tem mais linguagem.”²³. Há um apagamento do real em nome de uma fragmentação discursiva, que elege, nomeia, rotula, enquadra.

Notas conclusivas

A Amazônia nacional é resultante de disputas classificatórias construídas historicamente e nacionalmente. A relação estabelecida com o “outro” regional a partir de um epicentro hegemônico/ nacional demonstra polaridades, onde a floresta exerce o papel do dominado diante do dominador, o colonizado diante do colonizador.

Como realidade ‘distante’ e desconhecida exposta nas enunciações produzidas no centro-sul do país, a região carrega consigo a imagem da exuberância e da piedade, e ao mesmo tempo aparece como lugar esquecido, paralisado, com riquezas que despertam a curiosidade internacional e que são mal guardadas pela população local.

Percebe-se, nos discursos analisados, o estereótipo da ameaça de invasão do estrangeiro, semelhante à fobia dos portugueses, à época da colonização, quando temiam perder suas terras para outras nações européias. Os textos analisados ignoram, quase que por completo, os conflitos que envolvem a população local, que vai muito mais além dos índios estilizados, e é formada por amazônidas e imigrantes de várias partes do país que vivenciam embates permanentes. De um lado, os que vêm em busca de trabalho, como mão-de-obra barata para ‘desbravar’ a floresta, de outro, empresários, fazendeiros, grileiros que chegam para comprar, se apropriar de terras gigantescas ou explorar suas riquezas minerais, contando, muitas vezes, com o apoio do governo.

O ‘discurso fundador’, surgido a partir da época da colonização portuguesa, ainda é o paradigma dominante sobre a região. O passado é permanentemente revisitado, enquanto memória coletiva, com a reprodução de imagens ideais e abstratas de um lugar atrasado, desconhecido, vazio demográfico que necessita ser povoado e ‘civilizado’.

²³ Certeau, 2005, p. 238

A fala contemporânea continua trazendo a floresta como cenário, como *lugar* ideal que vai resolver os problemas do mundo, como *lugar* estável, de configuração instantânea de posições. Pensando com Michel de Certeau (1994), nos textos analisados percebe-se a ausência do *espaço*, enquanto ‘lugar praticado’ por sujeitos históricos. Nesse sentido, as narrativas serão sempre fragmentadas e disseminadas, ao efetuarem ‘operações de demarcação’. A demarcação de fronteiras estabelece uma relação permanente com o estrangeiro, com o outro ausente do texto. Em nome dos recursos naturais a serem guardados para a humanidade, os conflitos e as desigualdades que envolvem as populações locais ficam à margem da discussão.

Referências

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de história da Amazônia*. 3.ed. Belém: Pakatatu, 2001. v. 1.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistêmica y el problema de la “invencion del outro”*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwelacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em 30 ago. 2007.

CELENTANO, DANIELLE; VERÍSSIMO, ADALBERTO. *O Estado da Amazônia: indicadores*. n.1. Belém: Imazon. 48p. Disponível em <http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=503>. Acesso em 20 ago. 2007

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.
_____. *A cultura no plural*. Papirus, 2005

DUTRA, Manuel José Sena. *A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos(UFPA), 2005.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008

HOBBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. IN: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2004.

PUCCINELLI, Eni Orlandi. Vão surgindo sentidos. IN: _____ (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. v.1.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 2001.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E pra além de um e outro*. Disponível em www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf. Acesso em 30 ago. 2007.

SANTOS, Vanja Joyce. *Leituras da floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira*. Orientada por Emiliano José- Salvador, 2002, 132f. Dissertação de mestrado em Comunicação Social com área de concentração em Comunicação e Culturas Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de mestre.

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. São Paulo: MARCO Zero, 1994.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.